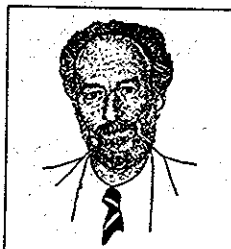


WASHINGTON NOVAES
Nós, os perdulários



Somos, realmente, uma nação rica e sem problemas. Podemos ser perdulários

Durante semanas, provavelmente pelo 20.º ano seguido, o leitor terá assistido, perplexo, nas páginas dos jornais, ao desfile de opiniões sobre a possibilidade de déficit no fornecimento interno de energia elétrica.

Já nem adianta questionar se se trata do habitual lobby que, ano após ano, propõe a ampliação da capacidade geradora – ameaçando-nos com racionamentos ou blecautes. Está decidido a construir novas usinas. Nem resolve perguntar se não seria melhor executar um programa realmente eficaz de conservação de energia (os EUA, com um programa desses, não aumentaram em um só quilowatt seu consumo de energia elétrica entre 1974 e 1988, período em que sua economia cresceu 40%). Está anunciado: implantaremos 49 usinas térmicas e 16 hidrelétricas, a um custo de US\$ 40 bilhões, incluídas transmissão e distribuição.

Também parece não ter grande repercussão interna o movimento mundial de questionamento de barragens, embora a Comissão Mundial de Barragens (CMB) – da qual faz parte o ex-ministro José Goldemberg – deva apresentar em novembro próximo seu relatório sobre os problemas nessa área, depois de 800 subcomissões terem estudado, durante dois anos, mais de mil barragens das 800 mil que existem no mundo – das quais 45 mil com mais de 15 metros de altura. Juntas, as 800 mil têm reservatórios maiores que o território da França. O Brasil entrou nesta década com mais de 500 desse porte, alguns deles entre os de maior por-

te (Sobradinho, Tucuruí, Balbina, Serra da Mesa, Itaipu).

O relatório da CMB examinará custos, perdas na gestão, taxas de utilização, deslocamento de pessoas na implantação (10 milhões, pelo menos), impactos em geral e em especial nas áreas úmidas protegidas pela Convenção de Ram-

sar (pelo menos 98 são graves). Um item novo, particularmente complicado para o Brasil, é o das emissões de gases do efeito estufa pelos reservatórios das hidrelétricas, principalmente dióxido de carbono e metano (este último, 20 vezes mais prejudicial que o dióxido de carbono), pelo apodrecimento de matéria orgânica submersa (o que pode complicar bastante a construção de novas hidrelétricas na Amazônia e no Centro-Oeste; a Hidrelétrica de Balbina, por exemplo, libera 3 milhões de toneladas de CO² por ano e o fará durante 20 anos – uma termoeletrica a gás libera 0,35 milhão de toneladas/ano; Tucuruí, com 2.875 km² de reservatório, sepultou 2,9 milhões de metros cúbicos de madeira da floresta tropical – além de deslocar 40 mil pessoas, concentrar cinco vezes mais mercúrio que o máximo permitido em lei, acabar com a pesca a jusante, disseminar a malária, etc.).

Mas o fato é que estamos duplicando Tucuruí e construindo novas hidrelétricas. Canabrava e Olho d'Água, em Goiás, começam sob protestos. Manso, em Mato Grosso, está na mira do Ministério Público.

O problema não é só nosso. Até a linha de transmissão da Venezuela para o Brasil gera fortes protestos

naquele país. Na Suíça, as barragens do Rhône ameaçam deixar o Lago de Genebra desoxigenado, por causa de algas e da interrupção do fluxo de neve das geleiras. Na Turquia, uma das barragens do complexo Anatólia Sudeste vai sepultar as mais ricas coleções de mosaicos romanos. Três Gargantas, na China, a maior barragem do mundo, no Rio Yang-tse, tornou-se um caso exemplar de corrupção, que já provocou uma condenação à morte e muitas prisões. O custo saltou de US\$ 8 bilhões para US\$ 24,5 bilhões e poderá chegar a US\$ 30 bilhões. Deslocará milhões de pessoas.

Diz o respeitado Worldwatch Institute que as gigantescas usinas modernas não estão conseguindo ser confiáveis no fornecimento de energia. Interrupções na geração e transmissão têm custado, só nos EUA, US\$ 80 bilhões/ano. A confiabilidade, diz o instituto, só virá da nova geração de equipamentos de microenergia que está chegando ao mercado e

permite às empresas e residências produzirem sua própria energia, com menos poluição e outros problemas – as células de combustível, as microturbinas, os telhados solares. A energia eólica, a biomassa, a energia solar serão capazes de fornecer 6 mil vezes mais energia que as atuais fontes. Na década de 90, a energia eólica cresceu 26% ao ano e a solar, 17% ao ano, enquanto a derivada de combustíveis fósseis só aumentou 1,4% ao ano.

No Brasil, entretanto, fora os projetos de energia eólica do Ceará e do Rio Grande do Sul (este com 29 pontos de captação e custo de geração por kW inferior aos da energia hidrelétrica e do carvão), pouco se pode mencionar nessa área.

Tão grave quanto, não se levam em consideração as recomendações advindas da discussão da Agenda 21 brasileira, de prioridade absoluta para a conservação de energia – e não para aumento da oferta. Destina-se aos programas de conservação de energia uma parcela insignificante, ridícula mesmo, dos orçamentos da área. Não se pensa em realocar parte das atividades produtivas para horários em que há sobras consideráveis de energia. Não se concebem programas de substituição de equipamentos desperdiçadores. Não se discute a matriz energética nem se questiona a ampliação da oferta de energia para atender à demanda de produtos intensivos em energia – como o alumínio e o gusa, principalmente –, que os países industrializados não querem mais produzir, por causa de seus custos ambientais e econômicos insuportáveis (nós subsidiamos a energia para eles).

Somos, realmente, uma nação rica e sem problemas. Podemos ser perdulários.

